



ANEXO 1 – DETALHAMENTO DAS JUSTIFICATIVAS

Finalidade:

Este anexo tem por finalidade incluir exigências e particularidades em função da especificidade deste serviço de engenharia, previstas no Termo de Referência e que passam a integrar o TR.

Enquadramento do objeto:

Execução de serviço comum de engenharia: execução de pátio para múltiplos usos do tipo com e sem cobertura em diversos municípios sob a área de atuação da 6ª Superintendência da Codevasf no Estado da Bahia.

Conforme Orientação Normativa nº 54 de 25 de abril 2014, da AGU - Advocacia Geral da União, “compete ao agente ou setor técnico da administração declarar que o objeto licitatório é de natureza comum para efeito de utilização da modalidade pregão e definir se o objeto corresponde a obra ou serviço de engenharia, sendo atribuição do órgão jurídico analisar o devido enquadramento da modalidade licitatória aplicável”.

Nesse sentido, ao consultar as legislações que regem a matéria, tem-se as seguintes definições sobre serviço comum de engenharia:

Lei 14.133/2021. Art. 6º, inciso XXI, alínea a).

*Serviço comum de engenharia: **todo serviço de engenharia que tem por objeto ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens.***

Lei 13.303/2016. Art. 32, inciso IV.

*Adoção preferencial da modalidade de licitação denominada pregão, instituída pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, para a aquisição de bens e **“serviços comuns, assim considerados aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado”**.*

Portanto, depreende dessas definições que a precisão, a suficiência e a clareza na formatação do objeto é o que permite aferir se os serviços pretendidos possuem padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos, por meio de especificações usuais de mercado, de maneira a se caracterizarem segundo a natureza de “comum”.

No caso em apreço, tem-se que os serviços de construção de pátios especificados neste Termo de Referência não apresentam alta complexidade tecnológica, capaz de impossibilitar a definição de suas ações, tampouco conferem ao executante certo grau de subjetivismo, a impedir sua padronização. Restam consubstanciados, de outro modo, unidades de produtos pré-determinados, cuja entrega também haverá de observar prazos e padrões de desempenho e qualidade previamente estabelecidos. São serviços com significativa oferta no



segmento de mercado da construção civil, de fácil comparação, acerca dos quais estão as empresas especializadas habituadas a prestar. Verifica-se, nesse sentido, que este Termo de Referência e seus anexos consolidam um amplo trabalho de definição de todos os requisitos necessários ao desenvolvimento dos serviços, tratando desde elementos de escopo, composições de equipes e metodologias executivas a parâmetros de desempenho e avaliação e disposições outras. Além disso, o documento informa a descrição pormenorizada dos produtos, serviços e atividades a serem prestados pela licitante vencedora em atenção aos termos praticados pelo mercado, no que incluída está a apresentação propriamente dos produtos e normativos legais e técnicos que a eles se vinculam, pelo que há, aqui, notória e objetiva padronização do objeto da licitação pela Codevasf.

Assim, diante do exposto, declaramos que o tipo de serviço objeto deste Termo de Referência é de natureza comum e se caracteriza como serviço comum de engenharia, por se tratar de serviços que possuem padrões de desempenho objetivamente definidos por meio de especificações usuais no mercado e com metodologia objetiva de medição dos padrões de desempenho e qualidade.

Da necessidade da contratação:

O estado da Bahia foi inserido na área de atuação da Codevasf por meio da Lei nº 14.053/2020, onde engloba 100% da área do estado da Bahia.

Assim, conforme detalhado no Estudo Técnico Preliminar, quanto à necessidade da contratação, justificam-se as razões de interesse público, levando em consideração as políticas públicas voltadas para a solução das carências dos municípios no estado da Bahia, que, embora tenham proporcionado alguns progressos, ainda não são suficientes para melhorar substancialmente os indicadores sociais e econômicos da região.

Nesse contexto, a 6ª Superintendência da Codevasf realiza doações de bens e equipamentos para, por exemplo, estruturação de Arranjos Produtivos Locais (APL) do Estado, beneficiando atividades de produção na área de apicultura, piscicultura e agricultura familiar. No intuito de complementar a estrutura de apoio às APL, faz-se necessário o investimento na infraestrutura de apoio para exposição e comercialização da produção local, bem como realização de eventos comunitários, onde a implantação dos Pátios para Múltiplos Usos se encaixa perfeitamente.

Nesse sentido, a implantação dos Pátios para Múltiplos Usos potencializa a efetividade das doações já realizadas pela Codevasf, gerando um ciclo virtuoso de desenvolvimento. São equipamentos urbanos que funcionarão como aglutinadores da população, principalmente produtores locais de diversas APL, promovendo a integração socioeconômica das comunidades do entorno. Esses equipamentos urbanos possibilitam a realização de diversas atividades econômicas e culturais; formando micropolos atrativos na busca de mercadorias agrícolas, além de fomentar a instalações de outros empreendimentos no entorno e estimular o crescimento socioeconômico local

Modalidade Licitatória:

Licitação Eletrônica. A Codevasf por ser uma Empresa Estatal é regida pela Lei nº 13.303, de 30/6/2016, que regulamenta os procedimentos licitatórios e contratuais, que estabelece obrigatoriamente a “Forma Eletrônica” como modalidade licitatória (Parágrafo 2º do Art. 51).



Pregão:

Modalidade Licitatória: A modalidade de licitação escolhida para esta licitação foi o Pregão, justificado pelo seu objeto, pátios para múltiplos usos, serviço comum de engenharia, cujos padrões de qualidade e de desempenho foram previamente definidos no projeto básico, através do memorial descritivo, peças gráficas e orçamento, obedecendo ao que dispõe o art. 29 da lei 14.133/21.

Sistema de Registro de Preços:

O art. 138 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Codevasf nos informa que o Sistema de Registro de Preços (SRP) será regulamentado por Decreto do Poder Executivo Federal, sendo este o Decreto 11.462 de 31 de março de 2023, o qual regulamentou o Sistema de Registro de Preços, revogando, assim, o Decreto 7.892 de 23 de janeiro de 2013. De acordo com o art. 3º do Decreto vigente, o SRP poderá ser utilizado pela Administração, quando esta julgar pertinente, especialmente nos seguintes casos:

- I. Quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;*
- II. Quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;*
- III. Quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas;*
- IV. Quando for atender a execução descentralizada de programa ou projeto federal, por meio de compra nacional ou da adesão de que trata o § 2º do art. 32; ou*
- V. Quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.*

Parágrafo único. O SRP poderá ser utilizado para a contratação de execução de obras e serviços de engenharia, desde que atendidos os seguintes requisitos:

- I. Existência de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo padronizados, sem complexidade técnica e operacional; e*
- II. Necessidade permanente ou frequente de obra ou serviço a ser contratado.*

Diante disto, a adoção do SRP no presente processo se enquadra-se no art. 3º, inciso I e V, relatados acima, bem como nos incisos I e II do parágrafo único do art. 3º do Decreto 11.462/23, considerando a existência do presente termo de referência e demais peças que o compõem e sendo o objeto do referido S.R.P. padronizado e sem complexidade técnica ou operacional, justifica-se o procedimento licitatório devido à conveniência administrativa e às características do serviço, que será realizado por demanda justificada, com execução parcial por produtos previamente especificados e quantificados por unidade de medida padrão, havendo necessidade de contratações frequentes.

Além disso, cabe salientar que os serviços objeto do presente pleito podem ser considerados serviços comuns de engenharia, conforme enquadramento citado anteriormente. Desse modo, diante desses requisitos e com o devido enquadramento no inciso I do Art. 3º do



Decreto 11.462/2023, ratifica-se a possibilidade de adoção do Sistema de Registro de Preços diante de demandas padronizadas e que não seja serviço de engenharia complexo.

Ademais, reitera-se que o Acórdão TCU nº 1381/2018 - Plenário possibilitou o registro de preços para contratação de serviços comuns de engenharia em que a demanda pelo objeto é repetida e rotineira.

Além disso, com relação ao SRP, o formato permite a possibilidade de contratações futuras, ou seja, reduz o número de licitações, ganho em escala nos preços e melhor gestão orçamentária dos recursos liberados durante o ano cível. A redução do número de licitações promove uma melhor eficiência da Administração Pública, permitindo a contratação imediata quando verificada a existência de uma necessidade administrativa, reduzindo assim, a burocracia.

Por fim, ratifica-se que o SRP, procedimento licitatório auxiliar definido pela Lei 13.303/2016, foi o meio escolhido devido a necessidade de contratações frequentes e a imprevisibilidade do quantitativo e/ou do momento em que essas contratações se farão necessárias, enquadrando-se especificamente nas hipóteses do art. 3º, incisos I e V do Decreto 11.462/2023.

Divulgação da Intenção de Registro de Preços (IRP):

Divulgação da Intenção de Registro de Preços (IRP): Não será admitida a Intenção de Registro de Preços (IRP), devido à necessidade de conclusão célere do procedimento licitatório perante a perspectiva de liberação orçamentária nos últimos meses do exercício, uma vez que qualquer atraso poderá comprometer as contratações, trazendo prejuízos ao interesse público, considerando ainda a possibilidade jurídica de dispensa da divulgação da Intenção de Registro de Preços, como autoriza o § 1º, do Art. 86º, da lei 14.133/23.

Adesões à Ata de Registro de Preços:

Será permitida adesões à Ata de Registro de Preços apenas pela Sede e por outras Superintendências da CODEVASF obedecendo às orientações do Decreto nº 11.462/23. Assim será permitido, uma vez que, ao participar do SRP, o licitante, sabendo que outras superintendências podem solicitar adesões, pode ofertar um desconto maior, sendo vantajoso para o órgão gerenciador. A autorização de adesões é vantajosa para o órgão gerenciador da ata porque atrai inúmeras empresas, aumentando assim a competitividade, e consequentemente a redução dos preços unitários, já que os licitantes poderão executar os serviços para diversas superintendências da Codevasf. Utilizou-se como base para a justificativa as orientações dos Acórdãos 1213/2021 e 1170/2022 do TCU.

Parcelamento do objeto:

Será permitido o parcelamento. Optou-se pelo parcelamento, pois, desta forma, é possível, como orienta o art. 22, inciso II, deliberação nº 08 de 26 de fevereiro de 2024 (RILC): promover MAIOR COMPETITIVIDADE. Além disso, entende-se que, no caso dos objetos desta licitação, é TECNICAMENTE MAIS VIÁVEL a gestão da execução dos serviços comuns de engenharia. O parcelamento ocorrerá da seguinte forma:



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência - Gerência Regional de Infraestrutura

Descrição		Preço unitário	Preço total
Item 01	24 pátios sem cobertura	R\$ 501.198,69	R\$ 12.028.768,56
Item 02	24 pátios com cobertura	R\$ 1.598.309,78	R\$ 38.359.434,72

Modo de Disputa:

Aberto com orçamento público. Observando o princípio da publicidade. Conforme Acórdão nº 1502/2018 – Plenário TCU: “Nas licitações realizadas pelas licitantes estatais, sempre que o orçamento de referência for utilizado como critério de aceitabilidade das propostas, sua divulgação no edital é obrigatória, e não facultativa, em observância ao princípio constitucional da publicidade e, ainda, por não haver no art. 34 da Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais) proibição absoluta à revelação do orçamento.”

Critério de Julgamento:

MAIOR DESCONTO. Justifica-se o critério de julgamento com base no princípio da economicidade. A qualidade do serviço comum de engenharia não possui risco de ser afetado por se tratar de prestação de serviço comum de engenharia, com padrões de desempenho e qualidade mínimos definidos objetivamente neste TR, para efeito de julgamento das propostas, execução do objeto e fiscalização do contrato.

Regime de execução:

Empreitada por Preços Unitários. O pagamento será por medições das unidades padrão efetivamente executadas. Este regime de execução é o mais apropriado para o objeto da licitação, pois será pago somente os serviços efetivamente executados, mediante medições periódicas, dos preços unitários demandados pela Codevasf e efetivamente executados pela CONTRATADA. O regime de execução de empreitada por preço unitário será utilizado devido à natureza do objeto que possui imprecisão de quantitativo.

Não adoção do regime de contratação semi-integrada:

Conforme inciso V do artigo 43 da Lei 13.303/2016, o regime de contratação semi-integrada aplica-se para obras ou serviços de engenharia cujo projeto básico define quantidades e serviços a serem posteriormente executados com diferentes metodologias ou tecnologias. Concebe-se, assim, um regime adequado àquelas obras ou serviços de engenharia cuja complexidade requer mudanças na concepção técnica na fase contratual. Em síntese, a administração, na elaboração do projeto básico, definirá os serviços ou quantidades de serviços na dita obra ou serviço de engenharia que o particular poderá executar com certa margem de liberdade na escolha da tecnologia mais adequada dentre as existentes. Assim, pode-se afirmar que não é o caso deste objeto, cuja complexidade, além de baixa, existe um padrão de execução amplamente concebido por quem executa. Além disso, a



construção de pátios, ainda que para múltiplos usos, não envolve inovações tecnológicas ou grandes desafios de engenharia que impeçam a previsão detalhada das etapas e dos custos no projeto básico. Assim, os riscos associados à execução são menores e podem ser gerenciados de forma eficaz através da fiscalização de um contrato por preço unitário.

Permissão de Subcontratação:

Não Permitida. Não será permitida a subcontratação de serviços parciais deste TR, considerando que o objeto é um serviço de engenharia comum e não possui alta complexidade que demande diversas especialidades ou que exigem licitantes de ramos distintos.

Permissão de Participação de Consórcios:

Não Permitida. Não será permitida a participação de pessoas jurídicas organizadas sob a forma de Consórcio de licitantes, considerando que o objeto é um serviço de engenharia comum e não possui alta complexidade que demande diversas especialidades ou que exigem licitantes de ramos distintos.

Permissão de Participação de Cooperativas:

Não Permitida. Será permitida também a participação de Cooperativas, uma vez que não se enquadra o objeto da licitação de contrato de mão de obra para execução sob a forma de cooperados, não havendo a necessidade de permissão de participação de licitantes na forma de cooperativa, conforme estabelece a IN 5/2017.

Visita:

Não Obrigatória. Recomenda-se às LICITANTES que seja realizada a visita aos locais onde serão executados os serviços e suas circunvizinhanças, para tomar pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos a serem executados, avaliando os problemas futuros de modo que os custos propostos cubram quaisquer dificuldades decorrentes de sua execução, e obter, sob sua exclusiva responsabilidade, todas as informações que possam ser necessárias para a elaboração da proposta e execução do contrato. Faz-se necessária simples declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições de prestação dos serviços.

Declaração de compatibilidade com o Plano Plurianual:

Os serviços a serem contratados serão executados no prazo NÃO superior a um ano, conforme consta do Termo de Referência e a previsão de recursos orçamentários é compatível, conforme previsto no Plano Plurianual.

Registra-se ainda que para o caso do Sistema de Registro de Preços, o Art. 17º do Decreto nº. 11.462/23, não é necessário indicar a dotação orçamentária que somente será exigida para a formalização do Contrato.



Desapropriação:

Não aplicável. Os serviços comuns de engenharia serão executados em áreas públicas Estaduais e Municipais, desta forma não será necessária a desapropriação de imóveis particulares, assim sendo desnecessária a elaboração do Projeto de Desapropriação.

Garantia do Objeto:

A garantia do objeto deverá obedecer ao prazo definido no Art. 618 do Código Civil, Lei nº 10.406 de 10/1/2002. O empreiteiro responderá durante cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho.

Garantia de Execução (caução):

Como garantia para a completa execução das obrigações contratuais e da liquidação das multas convencionais, fica estipulada uma "Garantia de Execução" no montante de 5% (cinco por cento) do valor atualizado do contrato, que deverá ser apresentada no prazo máximo de dez dias úteis contados da data do recebimento da via do contrato assinada, mediante apresentação de comprovante de prestação de garantia, em espécie, Seguro Garantia emitida por seguradora autorizada pela SUSEP ou Fiança Bancária, a critério da contratada. Demais informações serão apresentadas no Edital e Contrato.

Esta Garantia de Execução (Caução) justifica-se devido histórico de licitações feitas por esta superintendência, que constata a falta de qualidade das empresas contratadas anteriormente. Assim, visando a contratação de empresas qualificadas, esta superintendência resolve solicitar a Garantia de Execução (Caução) descrita neste parágrafo.

Justificativa para o Reajustamento:

Os preços permanecerão válidos por um período de um ano, contados da data do orçamento estimado, sendo adotada como data-base o mês de julho de 2025. Após este prazo, serão reajustados aplicando-se a fórmula constante no item 13 deste Termo de Referência, com a utilização do índice INCC, conforme especificado no item 13.3 deste Termo de Referência, proveniente de tabelas publicadas na revista Conjuntura Econômica, editada pela Fundação Getúlio Vargas, INCC-DI, cód.160868. A escolha deste índice (INCC-DI, cód.160868) ocorreu devido às características dos serviços comuns de engenharia que serão realizados.

Qualificação técnica profissional:

As exigências técnicas são indispensáveis para que a vencedora do certame garanta a capacidade técnica de executar os serviços de engenharia com a segurança e a qualidade esperada para o empreendimento.



Qualificação técnica operacional:

As exigências técnicas são indispensáveis para que a vencedora do certame garanta a capacidade técnica de executar os serviços de engenharia com a segurança e a qualidade esperada para o empreendimento.

A 6ª Superintendência Regional da Codevasf todos os anos elabora termos de referência para contratação de diversos objetos, inclusive de serviços de engenharia. Em 2021, cobrou-se das empresas participantes comprovação de qualificação técnica de 20% sobre as parcelas as parcelas mais relevantes. Porém, percebeu-se que, durante a execução dos contratos, as empresas contratadas não apresentaram desempenho técnico satisfatório.

Devido a isso, para a presente contratação, a 6ª Superintendência Regional resolve solicitar que a licitante comprove a execução das quantidades mínimas dos serviços (percentual de 40%) das parcelas de maior relevância e valor significativo dos objetos que serão contratados, não restringindo o caráter competitivo da licitação, obedecendo as recomendações do TCU, Súmula 263 e Acórdão 2924/2019 Plenário - Relator: Ministro Benjamin Zymler.

Fica excetuado desta regra o item b) da Tabela 1 (Execução de alambrado estruturado por tubos de aço e com tela de arame galvanizado), para o qual se exigirá a comprovação mínima de 20% (vinte por cento) do seu quantitativo. A adoção de percentual diferenciado para este item específico se justifica por sua menor complexidade técnica e impacto reduzido no conjunto da obra, sendo o percentual de 20% considerado suficiente para aferir a capacidade da empresa sem restringir desnecessariamente a ampla competição

Por fim, ressalta-se que as parcelas de maior relevância foram definidas conforme Planilha Orçamentária e Curva ABC apresentadas no Anexo 4.

Percentual máximo para qualificação econômica financeira:

A CONTRATADA deverá COMPROVAR qualificação econômica financeira mediante os índices exposto no Art. 22. da IN 03/2018, tais valores deveram ser MAIOR que 1 (um). Além dos índices, a contratada deverá comprovar ainda um capital social de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação por lote.

Conforme previsto no anexo VII-A da IN 05/2017, esta comprovação, para fins de qualificação econômica financeira, justifica-se devido histórico de licitações feitas por esta superintendência, que constata a falta de qualidade das empresas contratadas anteriormente. Assim, visando a contratação de empresas qualificadas, esta superintendência resolve solicitar a qualificação econômica financeira descrita neste parágrafo.

Licença Ambiental:

A Contratada deverá solicitar Anuência Ambiental (Licença Ambiental ou Dispensa de Licenciamento) junto ao Município ao qual serão executados os serviços de engenharia objeto desse TR por meio do órgão responsável pela emissão da mesma.

Projeto básico:

O projeto **básico** do pátio para múltiplos usos **sem** cobertura foi elaborado pela Codevasf, como consta em ART do ANEXO – PROJETO BÁSICO.



O projeto **básico** do pátio para múltiplos usos **com** cobertura foi elaborado pelo FNDE, conforme ART do ANEXO 6 – PROJETO BÁSICO, adaptado pela 6ª Superintendência da Codevasf, conforme ART específica de adaptação, ANEXO – PROJETO BÁSICO. As adaptações do projeto original envolveram: substituição de portas de alumínio para portas de madeira; retirada de serviços de pintura de pátio; retirada de materiais esportivos, como traves. Deve-se atentar para o fato de que as modificações feitas foram tão simples, que não alteram substancialmente o projeto original, elaborado pelo FNDE, que é de domínio público e está disponível no campo eletrônico: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/par/quadra-coberta-aberta>.

Projeto executivo:

O projeto **executivo** do pátio para múltiplos usos **SEM** cobertura será elaborado pela CONTRATADA, observando as características do projeto básico, visando adequar a estrutura dimensionada inicialmente ao terreno local onde será executada a estrutura, sendo a CONTRATADA remunerada por rubrica específica em orçamento para a elaboração de projeto. Além disso, TODOS os projetos deverão ser revisados e ajustados, como pré-requisito para a execução dos serviços de engenharia e/ou obra, sendo a CONTRATADA remunerada por rubrica específica em orçamento para a elaboração de projeto.

O projeto **executivo** para múltiplos usos **COM** cobertura será elaborado pela CONTRATADA, observando as características do projeto básico, visando adequar a estrutura dimensionada inicialmente ao terreno local onde será executada a estrutura. Além disso, TODOS os projetos deverão ser revisados e ajustados, como pré-requisito para a execução dos serviços de engenharia e/ou obra, sendo a CONTRATADA remunerada por rubrica específica em orçamento para a elaboração de projeto.

Diferença Mínima entre os Lances:

O art. 57 da lei 14.133/21 prevê a discricionariedade para a administração pública para definir o intervalo mínimo da diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta. Fica estabelecido o percentual de 0,5%, visto que este percentual representa um valor confortável para as empresas reduzirem seus lances em relação ao último lance ofertado.